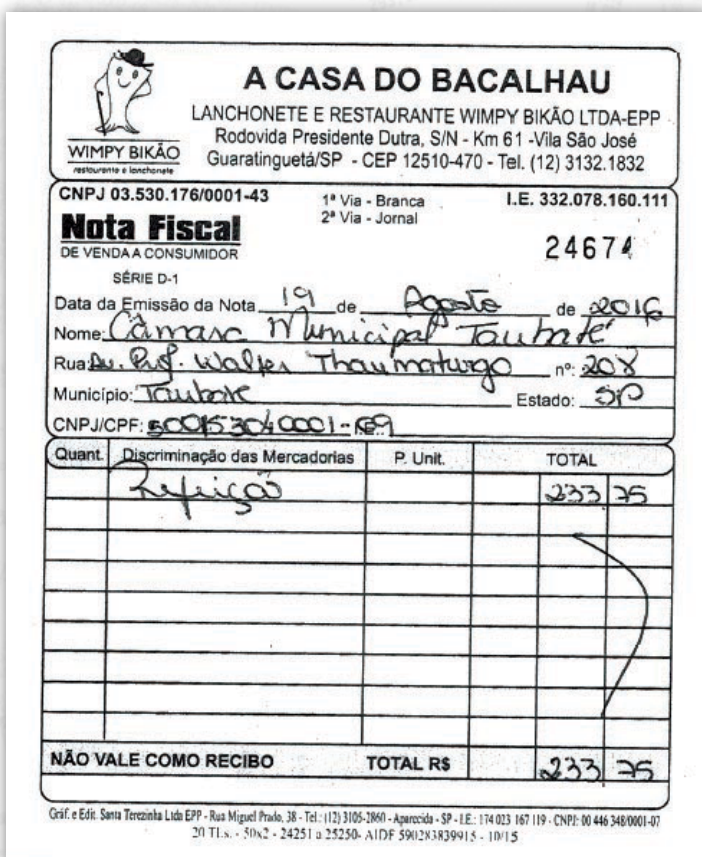




Em viagem a São Paulo em 2014, Jeferson Campos apresentou nota que cita quatro pratos, três bebidas e uma sobremesa



Farra. Em viagem à cidade de São Paulo em 2015, João Vidal apresentou uma nota genérica de R\$ 474,43 por "refeição"



Farra. Em viagem a Lorena em 2016, Jeferson Campos apresentou uma nota genérica de R\$ 233,75 por "refeição"



Em viagem a São Paulo em 2013, Jeferson Campos apresentou nota com três rodízios, três sucos e uma sobremesa



Farra. Em viagem à cidade de São Paulo em 2013, Joffre Neto apresentou nota de R\$ 162,03 com três pratos e uma bebida

para ressarcir despesas com viagens. Os 224 relatórios analisados por **OVALE** somam R\$ 46,3 mil em gastos. Ou seja, mesmo que por amostragem, a reportagem examinou 41% do total pago aos parlamentares.

Dos 224 processos analisados, 213 tiveram irregularidades (95% do total) e apenas 11 estavam de acordo com as normas vigentes à época (5% do total). Ao todo, a reportagem identificou 299 notas fiscais com irregularidades, que renderam aos vereadores R\$ 37,2 mil de ressarcimento. Ou seja, 80,45% do valor recebido pelos parlamentares teve com base documentos em desacordo com o regramento interno.

95

POR CENTO dos 224 relatórios de viagens analisados pela reportagem apresentaram alguma irregularidade

ESQUEMA.

O esquema identificado na legislatura de 2013 a 2016 foi o mesmo adotado nos primeiros dois anos da legislatura seguinte, em 2017 e 2018, e que foi exposto por **OVALE** a partir de julho de 2018, na série de reportagens que revelou o escândalo da Farra das Viagens.

VALORES

Limite diário de despesas por vereador chegou a ser de R\$ 254,13 no ano de 2016

DIÁRIAS. Ao longo da legislatura de 2013 a 2016, o limite para gastos de vereadores por dia de viagem variou. No início, era de até R\$ 150. A partir de outubro de 2014, passou para até R\$ 250. De outubro de 2015 em diante, passou a ser de 1,5 UFMT (Unidade Fiscal do Município de Taubaté), o que representou R\$ 230,34 naquele ano e R\$ 254,13 em 2016. A regra para ressarcimento foi

Como funcionava: o vereador, que normalmente viajava acompanhado de pelo menos um assessor e um motorista, apresentava uma nota fiscal com a refeição de todos. Detalhe: os funcionários já recebiam valores à parte para isso, e não precisavam apresentar comprovantes. Em outros ca-

sempre a mesma: o parlamentar devia comprovar o gasto com uma nota fiscal, com a discriminação da alimentação consumida. Já os servidores - motoristas e assessores, por exemplo - tinham regras diferentes. Eles recebiam diárias, em valores fixos, e não precisavam comprovar o gasto. Naquela legislatura, o valor das diárias passou por R\$ 100, R\$ 130, R\$ 153,56 e, no fim, para R\$ 169,42. ■

so, também eram registradas despesas com alimentação de terceiros, que não integravam as comitativas.

A reportagem de **OVALE** identificou casos em que vereadores solicitaram ressarcimento por notas fiscais com seis pratos de comida ou cinco rodízios. Há também notas que registram gastos superiores a R\$ 470 em uma única refeição ou o consumo de 5,5 quilos de comida. Todos esses processos passavam por setores internos da Câmara sem nenhum apontamento sobre as irregularidades. E todos os ressarcimentos eram autorizados pelos presidentes de cada exercício. ■

37,2

MIL REAIS a Câmara de Taubaté pagou para ressarcir as 299 notas fiscais irregulares identificadas por OVALE